

Emenda à Constituição foi o destaque

BRASÍLIA — Da magra pauta de projetos políticos votados durante a Sessão Legislativa encerrada na quinta-feira, pouca foi a participação do Congresso Nacional como autor, pois suas principais iniciativas terminaram ficando adiadas para o próximo ano. Dentre o que foi votado, houve o destaque para a emenda à Constituição número 25, de 15 de maio último, restabelecendo as elei-

ções para Presidente da República e introduzindo nelas o sistema de dois turnos.

Sem falar no campo econômico, o Governo continuou sendo o autor do maior número de projetos políticos, algumas vezes até corrigindo votações do Congresso, como foi o caso da remuneração dos vereadores: aprovado na Câmara e no Senado, o

projeto foi vetado pelo Presidente da República, que, depois de entendimentos com a Aliança Democrática, enviou um outro projeto, delegando às Câmaras Municipais a decisão dos salários dos vereadores.

Separada ou conjuntamente, Senado e Câmara votaram, durante o último período legislativo, as seguintes matérias:

1. Emenda 25: primeiro trabalho, de iniciativa do Congresso, de importância este ano, esta emenda garantiu representação política para o Distrito Federal (oito Deputados e três Senadores), o voto ao alfabeto, a liberdade para criação dos partidos políticos novos e a autonomia dos municípios onde até então os prefeitos eram nomeados — capitais, estâncias hidrominerais, áreas de segurança nacional e territórios.

2. Eleições de Prefeitos: em consequência da emenda 25, a mesma Comissão Interpartidária, tendo como Relator o Deputado João Gilberto (PMDB-RS), elaborou a lei especial para regulamentar as elei-

ções de 15 de novembro último.

3. Convocação da Assembleia Nacional Constituinte: possivelmente a mais importante das iniciativas políticas do ano, a Constituinte teve uma tramitação polêmica na Comissão Mista e na votação plenária, não contou com os votos da oposição. Prevê a instalação da Constituinte a 1º de fevereiro de 1987, com o Congresso Nacional a ser eleito a 15 de novembro de 1986.

4. Filiação partidária: chamado assim genericamente, foi uma lei feita e votada às pressas: reduziu de um ano para seis meses o prazo de filiação dos candidatos às eleições de 1986;

habilitou os partidos em formação que apresentaram documentação à Justiça Eleitoral até 15 de junho a participar das eleições de 1986; e permitiu as coligações nas eleições proporcionais. Esse projeto substituiu, à última hora, o longo projeto de lei dos partidos políticos, pacientemente elaborado.

5. Recadastramento eleitoral: também praticamente no fechamento da Sessão Legislativa foi votado o projeto que vai refazer todo o cadastramento eleitoral do País.

6. Remuneração de vereadores: vetado pelo Presidente, o segundo projeto foi enviado pelo Governo depois de negocia-

ções amplas com a Aliança Democrática.

7. Desvinculação de votos: projeto de iniciativa parlamentar, prevê a desvinculação da eleição do Deputado federal com a do Deputado estadual. Essa vinculação foi imposta pela legislação casuística e autoritária da eleição de 1982.

8. Estado de Tocantins: também de iniciativa parlamentar, esse projeto havia sido vetado anteriormente pelo Presidente da República, após sua votação no Congresso este ano. A reapresentação do projeto demonstra a abnegação do Deputado Siqueira Campos (PDS-GO), que luta pela criação desse Estado, com o desmembramento de Goiás, há 20 anos.